

Professor prevê crise no parlamentarismo com direta

Regime da gov.

FORTALEZA — O cientista político Paulo Bonavides acha que é impossível sustentar um governo parlamentarista com um presidente da República eleito diretamente por 50 milhões de brasileiros. "Sem uma rainha Elizabeth ou sem um rei Juan Carlos, ou seja, sem a neutralização total da função governativa do chefe de Estado, o parlamentarismo não produzirá tranquilidade política nem será possível num país estagnado, que emerge de 20 anos de ditadura e que fez das diretas-já o símbolo da remoção do autoritarismo", avalia Bonavides.

Autor de vários livros de ciência política e Direito Constitucional, Bonavides acha que, se for mantida a eleição direta para presidente, o primeiro-ministro correrá sempre o risco de ser confundido e hostilizado pelo povo como o biônico do Parlamento, em razão de sua investidura indireta pela maioria parlamentar.

Ditadura e Democracia — Apreensivo com "a direção da caminhada institucional", o professor Bonavides analisa que do mesmo modo que não há período de transição quando se passa da democracia para a ditura, também não deve haver fase intermediária e preparatória na fase do retorno da ditadura à democracia.

— Ao golpe de Estado que precipita a Nação nas ditaduras, urge contrapor o golpe de cidadania, que se destina ao oposto, ou seja, a estabelecer a pronta e imediata volta do país à plenitude do estado de direito e das liberdades democráticas. Se o golpe de Estado é o instrumento dos liberticidas e dos absolutistas, o golpe de cidadania deverá ser a arma de restauração completa, imediata e total da participação do povo no exercício organizado da soberania pelas vias representativas constitucionais — teoriza.

Bonavides qualifica a campanha das diretas-já de "golpe de cidadania malgrado em função do contragolpe desferido pela transição com sua última presidência biônica, ainda hoje no poder". Parlamentarista convicto, ele encontra outros exemplos de "golpe de cidadania" na história do Brasil, nos episódios da Abdição e da Maioridade, no Império, e da Revolução de 1930 e da derrubada do Estado Novo, em 1945, na República.

Em seguida, Bonavides desfeve um ataque direto à Comissão de Sistematização:

— O sistema parlamentarista da Comissão de Sistematização é o casuismo do Congresso que triunfou sobre o casuismo do mandato presidencial de cinco anos. Enquanto este país se rege por casuismos e oportunismos, não haverá instituições representativas sólidas. O casuismo congressional é tão pernicioso quanto o do Executivo: talvez pior, porquanto reveste a aparência do compromisso e da transação. É a segunda vez, em menos de 30 anos, que o Congresso Nacional adota o modelo parlamentarista, votado em condições históricas adversas. Um parlamentarismo feito sem alma e sem fé, híbrido, filho da conjuntura e da circunstância, propositadamente elaborado para o fracasso — que reproduz sem originalidade a essência do Ato Adicional de 1961

Legitimidade — Na opinião do professor Paulo Bonavides, o país vive hoje uma crise de legitimidade e assim continuará por muito tempo. A promulgação da Constituição, "com esse parlamentarismo de meia-sola votado no dia 15", não engrandecerá as instituições nem restituirá ao poder representativo o respeito da opinião pública.

— A campanha das diretas-já foi um dos melhores momentos políticos de nossa história, mas, justamente por não ter podido consumir seu objetivo, prolongou insuportavelmente a transição e tolheu duas soluções de legitimidade para acabar com a crise brasileira. A primeira solução era a Constituinte soberana e exclusiva, que não tivemos; a segunda, o parlamentarismo puro; que vimos substituído pela contrafação híbrida do anteprojeto Bernardo Cral. O artefato parlamentarista da Constituinte congressional, sem o consenso da nação, agride a memória de Raul Pilla. Sua consequência mais provável é fazer as instituições rolaem mais fundo no abismo da ilegitimidade e das frustrações populares.

— Não há outra saída: ou acabamos, de imediato, com a transição, ou a transição acabará com a Nova República. Ontem, morria Tancredo Neves. Agora, quem está morrendo é o país. A crise constituinte dissolve os laços civis, dura há mais de 20 anos. Até quando o Brasil poderá suportá-la?